



Simulado Final **CÂMARA DE GOIÂNIA**

Analista Técnico Legislativo
Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Câmara de Goiânia**, cargo de **Analista Técnico Legislativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/GeRh�CCSxG7p3tp16>

01 - (A)(B)(C)(D)	13 - (A)(B)(C)(D)	25 - (A)(B)(C)(D)	37 - (A)(B)(C)(D)	49 - (A)(B)(C)(D)
02 - (A)(B)(C)(D)	14 - (A)(B)(C)(D)	26 - (A)(B)(C)(D)	38 - (A)(B)(C)(D)	50 - (A)(B)(C)(D)
03 - (A)(B)(C)(D)	15 - (A)(B)(C)(D)	27 - (A)(B)(C)(D)	39 - (A)(B)(C)(D)	51 - (A)(B)(C)(D)
04 - (A)(B)(C)(D)	16 - (A)(B)(C)(D)	28 - (A)(B)(C)(D)	40 - (A)(B)(C)(D)	52 - (A)(B)(C)(D)
05 - (A)(B)(C)(D)	17 - (A)(B)(C)(D)	29 - (A)(B)(C)(D)	41 - (A)(B)(C)(D)	53 - (A)(B)(C)(D)
06 - (A)(B)(C)(D)	18 - (A)(B)(C)(D)	30 - (A)(B)(C)(D)	42 - (A)(B)(C)(D)	54 - (A)(B)(C)(D)
07 - (A)(B)(C)(D)	19 - (A)(B)(C)(D)	31 - (A)(B)(C)(D)	43 - (A)(B)(C)(D)	55 - (A)(B)(C)(D)
08 - (A)(B)(C)(D)	20 - (A)(B)(C)(D)	32 - (A)(B)(C)(D)	44 - (A)(B)(C)(D)	56 - (A)(B)(C)(D)
09 - (A)(B)(C)(D)	21 - (A)(B)(C)(D)	33 - (A)(B)(C)(D)	45 - (A)(B)(C)(D)	57 - (A)(B)(C)(D)
10 - (A)(B)(C)(D)	22 - (A)(B)(C)(D)	34 - (A)(B)(C)(D)	46 - (A)(B)(C)(D)	58 - (A)(B)(C)(D)
11 - (A)(B)(C)(D)	23 - (A)(B)(C)(D)	35 - (A)(B)(C)(D)	47 - (A)(B)(C)(D)	59 - (A)(B)(C)(D)
12 - (A)(B)(C)(D)	24 - (A)(B)(C)(D)	36 - (A)(B)(C)(D)	48 - (A)(B)(C)(D)	60 - (A)(B)(C)(D)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mfYU>

BLOCO ÚNICO**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta. Ergue a virgem os olhos, que o sol não deslumbra; sua vista perturba-se. Diante dela e todo a contemplá-la, está um guerreiro estranho, se é guerreiro e não algum mau espírito da floresta. Tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo. Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema. A flecha embebida no arco partiu. Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido. De primeiro ímpeto, a mão lesta caiu sobre a cruz da espada; mas logo sorriu.

(Trecho de Iracema, José de Alencar)

1. Assinale a alternativa que melhor expressa a interpretação do trecho acima.

- a) O encontro entre Martim e Iracema representa essencialmente um conflito entre dois povos inimigos, marcado pela violência e pela rejeição mútua.
- b) A cena do encontro simboliza o nascimento de um amor intenso e paradoxal, em que o gesto violento de Iracema — ao ferir Martim — acaba funcionando também como elemento que inaugura a relação amorosa entre ambos.
- c) O episódio evidencia sobretudo a superioridade cultural do colonizador europeu sobre a indígena, aspecto que determina o desenvolvimento da narrativa.
- d) A flecha disparada por Iracema simboliza apenas um ato de defesa instintiva, sem relação com o desenvolvimento afetivo entre os personagens.

2. No texto acima, há um exemplo de adjunto adverbial em:

- a) Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta.
- b) Foi rápido, como o olhar

c) Ergue a virgem os olhos

d) Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido.

3. No trecho “*está um guerreiro estranho, se é guerreiro e não algum mau espírito da floresta*”, a construção expressa

- a) a certeza de que o homem visto por Iracema é um espírito maligno da floresta.
- b) a dúvida da personagem quanto à natureza do desconhecido que ela observa.
- c) a afirmação de que o homem é um guerreiro inimigo da tribo de Iracema.
- d) a descrição objetiva da aparência sobrenatural do personagem.

4. Ergue a virgem os olhos, que o sol não deslumbra

A vírgula acima foi usada para isolar:

- a) um aposto
- b) um vocativo
- c) uma oração explicativa
- d) uma oração adverbial

5. Considerando o fragmento de *Iracema*, de José de Alencar, assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo textual predominante e o gênero textual do trecho apresentado.

- a) Tipo narrativo, pois relata ações e acontecimentos envolvendo personagens; gênero romance, do qual o trecho é um fragmento.
- b) Tipo descritivo, pois apresenta características físicas do personagem; gênero reportagem, por tratar de fatos observáveis.
- c) Tipo argumentativo, pois defende um ponto de vista sobre o encontro entre os personagens; gênero ensaio literário.
- d) Tipo expositivo, pois explica os acontecimentos da narrativa; gênero crônica histórica.

6. Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema.

O verbo 'Foi' está no singular para concordar com:

- a) Iracema.
- b) um guerreiro.
- c) o gesto de Iracema.
- d) rápido

7. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo.

No trecho acima, o pronome 'lhe' funciona como:

- a) objeto indireto
- b) adjunto adnominal
- c) sujeito
- d) objeto direto

8. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo.

Os termos destacados só não foram empregados com sentido de:

- a) inofensivo
- b) desconhecido
- c) ignorado
- d) não conhecido

9. Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta.

Os termos destacados pertencem às seguintes classes gramaticais

- a) adjetivo e adjetivo
- b) substantivo e substantivo
- c) substantivo e adjetivo
- d) adjetivo e substantivo

10. No trecho "*Tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas.*", o autor estabelece uma relação comparativa entre características físicas do personagem e elementos da natureza.

A figura de linguagem predominante nesse trecho é

- a) metáfora, pois há uma associação implícita entre características humanas e elementos naturais.
- b) hipérbole, pois ocorre um exagero na descrição das características físicas do personagem.
- c) metonímia, pois um termo é empregado no lugar de outro com o qual mantém relação de contiguidade.
- d) eufemismo, pois há uma suavização da descrição do personagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Considere o argumento:

Se o relatório foi entregue no prazo, então o processo foi incluído na pauta.

Se o processo foi incluído na pauta, então houve votação.

Não houve votação.

A conclusão logicamente válida é:

- a) O relatório foi entregue no prazo.
- b) O processo foi incluído na pauta.
- c) O relatório não foi entregue no prazo e o processo não foi incluído na pauta.
- d) O relatório foi entregue no prazo ou o processo não foi incluído na pauta.

12. Cinco servidores analisam 480 processos em 8 dias, trabalhando 6 horas por dia, com produtividade constante.

Após reorganização do setor, o ritmo médio individual de trabalho aumentou em 20%.

Mantendo essa nova produtividade, quantos processos serão analisados por 4 servidores em 10 dias, trabalhando 7 horas por dia?

- a) 626
- b) 672
- c) 720
- d) 788

13. Em um setor com 180 servidores, foi realizado um levantamento sobre dois cursos de capacitação (A e B). Constatou-se que:

110 servidores fizeram o curso A;

95 fizeram o curso B;

50 fizeram ambos.

A razão entre o número de servidores que fizeram exatamente um dos cursos e o número de servidores que não fizeram nenhum é:

- a) 4
- b) 5
- c) $\frac{7}{2}$
- d) $\frac{21}{5}$

14. O número de protocolos analisados por 9 servidores, em determinada semana, foi:

8, 11, 14, 17, 19, 22, 24, 30 e x

Sabe-se que a média é igual à mediana, e que $x > 19$.

O valor de x é

- a) 20
- b) 23
- c) 26
- d) 29

15. Um contrato sofreu atualização de 6% ao mês, a juros compostos, durante dois meses. Se o valor final foi R\$ 11.236,00, o valor inicial era:

- a) R\$ 10.200,00
- b) R\$ 10.000,00
- c) R\$ 10.400,00
- d) R\$ 10.600,00

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E
ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E
MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**

Sérgio Henrique

16. A Região Metropolitana de Goiânia foi oficialmente estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 27, em 30 de dezembro de 1999, e posteriormente expandida pela Lei Complementar nº 78, de 25 de março de 2010. Atualmente, a RMG é composta por 20 municípios. Considerando os dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, quais são os três municípios que apresentam as menores populações dentro da RMG?

- a) Santo Antônio de Goiás, Nova Veneza e Guaporé.
- b) Bonfinópolis, Aragoiânia e Terezópolis de Goiás.
- c) Abadia de Goiás, Goianira e Goianápolis.
- d) Brazabrantes, Caldazinha e Caturai.

17. No ano de 2024, a capital goiana inaugurou um novo sistema de transporte coletivo. Este projeto visa aprimorar a mobilidade urbana da cidade através da implementação de corredores exclusivos para ônibus e a construção de estações especificamente projetadas para embarque e desembarque. Este moderno sistema de transporte interliga quais dois terminais da cidade?

- a) Terminal Padre Pelágio ao Terminal Novo Mundo.
- b) Terminal Recanto do Bosque ao Terminal Veiga Jardim.
- c) Terminal Bandeiras ao Terminal Praça da Bíblia.
- d) Terminal do Dergo ao Terminal Vila Brasília.

18. Na década de 1930, um marco histórico para o desenvolvimento de Goiás, foi instituída uma comissão especializada com a incumbência de conduzir estudos detalhados para determinar o local mais adequado para a construção da futura capital do estado. Além da área que hoje conhecemos como Campinas (atual bairro de Goiânia), quais outras localidades foram submetidas a essa análise rigorosa para potencialmente sediar a nova metrópole?

- a) Paraúna, Santa Luzia (atual Luziânia) e Meia Ponte (atual Pirenópolis).
- b) Bela Vista de Goiás, Goiabeira (atual Inhumas) e Curralinho (atual Itaberaí).
- c) Pires do Rio, Bonfim (atual Silvânia) e Ubatã (atual Orizona).
- d) Ipameri, Pouso Alto (atual Piracanjuba) e Caraíba (atual Vianópolis).

19. Assinale a alternativa errada.

- a) Em 2024, Goiás se destacou como o quinto estado menos desigual do Brasil, registrando sua menor taxa de desigualdade de renda até então.
- b) Os conflitos agrários em Goiás são frequentemente motivados pela alta concentração fundiária, afetando comunidades indígenas, quilombolas e pequenos agricultores.
- c) Em 2024, a insegurança alimentar em Goiás diminuiu 24,6%, posicionando o estado entre os cinco com melhor desempenho do país neste indicador.
- d) A gestão da escassez hídrica em Goiânia é decorrente das longas estiagens, que secam recursos hídricos advindos do Rio Meia Ponte e de aquíferos subterrâneos abundantes.

20. Assinale a alternativa errada.

- a) Em 2024, Goiânia declarou situação de emergência em saúde pública devido ao aumento de arboviroses, como dengue, zika e chikungunya.
- b) O CIEVS Goiás, criado em 2010, integra a Rede Nacional de Informação e Resposta, operando 24 horas por dia para monitorar emergências em saúde pública.
- c) A vacinação em massa de trabalhadores de linha de frente para o MotoGP em 2026 incluiu doses contra Hepatite B, dT, febre amarela e tríplice viral.
- d) A Superintendência de Vigilância em Saúde da SMS Goiânia é unicamente responsável pela resposta a surtos epidemiológicos, que não se relacionam diretamente com as condições socioambientais.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
- DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTROLE***Antônio Daud*

21. A respeito da regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto nº 9.830/2019), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.
- b) A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.
- c) Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará todas as consequências, práticas ou teóricas, que consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.
- d) A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

22. Considerando as atuais regras da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública (artigo 11):

- a) frustrar a licitude de chamamento público para celebração de parcerias, acarretando perda patrimonial efetiva.
- b) concorrer para que parente de 3º grau se enriqueça ilicitamente.
- c) receber vantagem econômica para omitir providência a que esteja obrigado.
- d) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, com vistas a ocultar irregularidades.

23. Determinada servidora pública recebeu vantagem econômica indevida para tolerar prática de contrabando em determinada localidade. Neste caso, a servidora

- a) se sujeitará à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de até 12 anos.
- b) se sujeitará à aplicação de multa de até 3 vezes o valor do dano por ela causado.
- c) estará sujeita a perder os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, o que poderá alcançar seus sucessores, até o limite do valor da herança deixada por ela.
- d) terá sua conduta enquadrada como ato de improbidade mediante dolo ou culpa da servidora.

24. Considerando os preceitos doutrinários sobre Ética no setor público, assinale a alternativa correta:

- a) A ética representa uma disciplina que toma por objeto os hábitos e costumes de determinados grupos sociais, razão pela qual tem caráter temporário e mutável.
- b) A moral consiste no ramo da filosofia que tem a ética como objeto de estudo.
- c) O princípio da moralidade administrativa tem natureza subjetiva, visto que depende das convicções e concepções pessoais do agente público.
- d) A ética, por ser considerada ramo da filosofia que estuda a moral, é imutável e permanente.

25. Segundo prevê a Lei 12.527/2011, é correto afirmar que o acesso à informação NÃO compreende os direitos de obter:

- a) informação pertinente à utilização de recursos públicos.
- b) informação contida em registros produzidos por órgãos públicos, ainda que não recolhidos a arquivos públicos.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua organização interna.
- d) informação íntegra, autêntica e derivada.

26. No que diz respeito ao regramento constante da Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa na caracterização de ato de improbidade causador de lesão ao erário.
- b) Para a configuração dos atos de improbidade, o elemento subjetivo da conduta é satisfeito a partir da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado lícito tipificado em lei.
- d) O exercício da função pública sem comprovação de ato doloso com fim ilícito afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que relacionada a conduta de enriquecimento ilícito.

27. Considerando as regras dadas pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de até 20 anos o prazo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) informações de interesse público devem ser divulgadas apenas mediante solicitação.
- c) pedidos de acesso à informação devem ser motivados, sob pena de não serem recebidos.
- d) a negativa de acesso à informação requerida, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares.

28. Considerando as atuais regras constitucionais, considera-se vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de três cargos de professor.
- b) a de um cargo de professor com outro cargo, desde que tenha natureza técnica ou científica.
- c) a de um cargo de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, com outro técnico ou científico.
- d) a de dois cargos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO - DIREITO CONSTITUCIONAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Fábio Ramos

29. Clóvis é técnico legislativo da Câmara de Goiânia e estava com dúvidas a respeito da lei orgânica de Goiânia e foi consultar um professor antigo. O professor ao analisar as assertivas chegou à seguinte conclusão:

I - Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Município dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira;

II - A todos os municípios, nos termos da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica, sem distinção de qualquer natureza, é assegurado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à acessibilidade plena;

III - todos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade, no prazo de até quinze dias.

- a) somente a afirmativa I está correta.
- b) somente a afirmativa II está correta.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) somente as afirmativas I e II estão corretas.

30. Considerando as disposições da **Lei Orgânica de Goiânia**, assinale a alternativa correta.

- a) Todo o poder emana dos munícipes que o exercem apenas por meio de representantes eleitos, nos termos desta Lei Orgânica.
- b) Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Município dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, tem como fundamento a acessibilidade local.
- c) Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Município dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, tem como fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) O pluralismo político é um objetivo fundamental.

31. O art. 37 da Constituição Federal estabelece princípios que regem a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes. Assinale a alternativa correta sobre esses princípios.

- a) O princípio da publicidade impede qualquer forma de sigilo na administração, inclusive nos casos de segurança do Estado.
- b) A impessoalidade determina que atos administrativos devem priorizar interesses do agente público responsável pela decisão.
- c) A moralidade exige que o administrador atue não apenas conforme a lei, mas também conforme padrões éticos aceitos socialmente.
- d) O princípio da legalidade aplica-se somente aos servidores estatutários.

32. O Município de Goiânia, entidade integrante da Federação Brasileira, Capital do Estado de Goiás, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira. À luz da Lei Orgânica do Município de Goiânia, marque a opção incorreta:

- a) As deliberações da Câmara Municipal e suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros,

salvo disposição em contrário prevista nesta Lei Orgânica.

- b) Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado de Goiás.
- c) A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros..
- d) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: I - do Prefeito Municipal; II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; III - da população subscrita por cinco por cento do eleitorado do Município.

33. Monteiro é guarda municipal recém formado do município de Goiânia, desconhece a Lei Orgânica do Município, e foi perguntar a Ramos, colega de infância que é guarda antigão há dez anos, sobre os símbolos do Município de Goiânia:

- I - brasão;
- II - bandeira;
- III - hino;
- IV - selos;
- V - distintivo.

Ramos respondeu corretamente:

- a) Somente I , II e III são símbolos.
- b) Somente II e III e IV são símbolos.
- c) Somente III, IV e V são símbolos.
- d) Somente I, II, III e IV são símbolos.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
- ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

34. Durante uma audiência pública realizada para discutir o planejamento orçamentário do Município de Santa Esperança, técnicos da secretaria de finanças explicaram à população que o orçamento público não é apenas uma previsão de receitas e despesas, mas um sistema integrado de planejamento, estruturado por instrumentos legais que organizam a ação governamental no curto, médio e longo prazos.

Nesse contexto, um dos instrumentos que compõem esse sistema estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública, orientando a realização de despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência plurianual.

Considerando as normas constitucionais e o sistema de planejamento orçamentário brasileiro, é correto afirmar que esse instrumento corresponde

- a) ao Plano Plurianual, que define as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para as despesas de capital e programas continuados, com vigência de quatro anos.
- b) à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada a cada dez anos e orienta a execução orçamentária dentro desse período.
- c) ao sistema municipal de planejamento financeiro, que pode ser implementado exclusivamente pelo chefe do Poder Executivo sem previsão normativa.
- d) ao mecanismo de fiscalização orçamentária exercido por equipes nomeadas pelo prefeito e que pode ocorrer de forma eventual ou permanente.

35. O anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos municipais que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes integra o/a

- a) Plano plurianual
- b) Lei orçamentária anual
- c) Lei de Diretrizes orçamentárias
- d) Plano diretor do município

36. Em 2027, o Município de Boa Serra iniciou um ciclo de planejamento para aprimorar a oferta de serviços públicos e dar transparência às escolhas de gasto. Em audiência pública, a Secretaria de Finanças explicou que o orçamento municipal integra um sistema de planejamento e orçamento previsto na Constituição, articulando instrumentos de médio prazo e de execução anual, de modo a evidenciar prioridades, investimentos e continuidade de políticas públicas.

Nesse contexto, a elaboração e a execução do orçamento municipal agregam elementos como

- a) o Plano Plurianual, que define diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para as despesas de capital e para os programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.
- b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada a cada 2 anos e orienta a elaboração do orçamento de cada ano dentro de uma biênio.
- c) a implementação do “sistema de gastos”, que é feita exclusivamente pelo prefeito de cada município e não segue determinantes legais.
- d) a fiscalização e o controle interno, feitos pela equipe eleita pelos prefeitos de cada município, e que podem ser permanentes ou não.

37. A iniciativa das leis que disponham sobre orçamentos anuais e diretrizes orçamentárias municipais compete privativamente

- a) ao Prefeito.
- b) ao Vice-Prefeito.
- c) à Câmara Municipal.
- d) à Secretaria de Finanças.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO - ESTATUTO DOS SERVIDORES E REGIMENTO INTERNO

Emerson Bruno

38. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia, a Legislatura será instalada, em sessão solene:

- a) a ser realizada às 15 (quinze) horas do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- b) a ser realizada às 15 (quinze) horas do dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.
- c) a ser realizada às 14 (quatorze) horas do dia 02 de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.
- d) a ser realizada às 16 (dezesesseis) horas do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

39. Sobre a competência dos integrantes da Mesa Diretora no Regimento Interno da Câmara, constatar a presença dos vereadores ao abrir a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença, é uma atribuição:

- a) do Presidente.
- b) do 1º Secretário.
- c) do 2º Secretário.
- d) do Vice-Presidente.

40. No âmbito do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia, NÃO é comissão temporária da casa:

- a) Comissões Especiais.
- b) Comissões Especiais de Inquérito.
- c) Comissões de Direitos dos Idosos.
- d) Comissões de Investigação e Processantes.

41. De acordo com o previsto na LC Nº 354, DE 15 DE JULHO DE 2022, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Goiânia, a prescrição da ação disciplinar quanto às infrações puníveis com demissão será de:

- a) cinco anos.
- b) dois anos.
- c) seis anos.
- d) três anos.

ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

42. A transição da Administração Pública Burocrática para a Gerencial no Brasil teve como marco o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995. Sobre os preceitos teóricos dessa transição, assinale a alternativa correta.

- a) O modelo gerencial surgiu para extinguir os princípios da burocracia.
- b) A administração pública gerencial constitui um avanço e, em vez de romper com a burocracia, apoia-se nela, incorporando alguns de seus princípios.
- c) A reforma gerencial no Brasil caracterizou-se pela centralização excessiva das decisões no núcleo estratégico do Estado.
- d) O gerencialismo reconhece a flexibilidade dos laços pessoais é superior à rigidez das normas burocráticas.

43. Em um município brasileiro, o Prefeito eleito possui maioria na Câmara Municipal e consegue aprovar todos os projetos encaminhados. Contudo, devido à falta de qualificação técnica de seu secretariado, a prefeitura não consegue fazer uma boa gestão, levando ao aumento substancial dos gastos e a baixa produtividade. Nesse caso, o prefeito possui

- a) Baixa governabilidade e baixa governança.
- b) Alta governabilidade e baixa governança.
- c) Baixa governabilidade e alta governança.
- d) Alta governabilidade e alta governança.

44. A *accountability* é um conceito multidimensional fundamental no Estado Democrático de Direito, pois permite que os órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas atue fiscalizando as contas da Câmara Municipal de Goiânia e aplicando sanções em caso de irregularidades. Nesse caso, temos o exercício da:

- a) *Accountability* vertical.
- b) *Accountability* societária.
- c) *Accountability* horizontal.
- d) *Accountability* procedimental.

45. Em uma análise do ambiente organizacional, a partir da elaboração da Matriz SWOT (ou FOFA), no âmbito do planejamento estratégico de uma secretaria municipal, a iminência de uma forte crise econômica nacional deve ser classificada como:

- a) Um Ponto Fraco, pois afeta a moral dos servidores da secretaria.
- b) Um Ponto Forte, pois forçará o órgão a inovar em seus processos.
- c) Uma Oportunidade, pois permitirá solicitar mais verbas federais emergenciais.
- d) Uma Ameaça, que pode prejudicar os objetivos da organização.

46. Segundo os autores Kaplan e Norton, o *Balanced Scorecard* (BSC) é uma ferramenta de gestão estratégica totalmente adaptada para qualquer tipo de organização. No caso de adaptação ao setor público, o BSC pode apresentar as seguintes mudanças;

- a) A eliminação da perspectiva "Processos Internos", uma vez que o Estado foca nos resultados.
- b) A substituição da perspectiva "Clientes" pela perspectiva "Cidadãos", visando o monopólio dos serviços públicos.
- c) O deslocamento da perspectiva "Financeira", colocando em seu lugar o "Cidadão/Sociedade"
- d) A criação da perspectiva de "Lucratividade Governamental", visando a arrecadação e o registro da receita do Estado.

47. Se o Presidente da Câmara Municipal define a macrodiretriz de tornar a casa de leis a mais transparente do estado até 2030, e, a partir disso, o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação estabelece um plano para digitalizar todos os processos do setor até o final do ano vigente, as atuações do Presidente e do Diretor representam, respectivamente, os planejamentos:

- a) Operacional e Tático.
- b) Estratégico e Tático.
- c) Tático e Estratégico.
- d) Estratégico e Operacional.

48. Uma característica marcante das organizações orientadas por processos é:

- a) O fortalecimento dos silos departamentais.
- b) A visão verticalizada da estrutura organizacional, centrando as decisões na alta cúpula.
- c) A transversalidade do fluxo de trabalho até a entrega de valor ao usuário final.
- d) A eliminação das hierarquias gerenciais, substituindo os chefes de departamentos por softwares de automação.

49. Num ciclo de melhoria contínua de processos organizacionais (BPM), uma das fases mais críticas é a modelagem do estado atual, que identifica como as atividades são executadas, incluindo seus gargalos, atrasos e falhas sistêmicas, tecnicamente denominada de;

- a) Modelagem *To-Be*.
- b) Mapeamento *As-Is*.
- c) Desenho *To-Do*.
- d) Análise Custo-Volume-Lucro.

50. A Câmara Municipal de Goiânia detectou um aumento exponencial no número de reclamações referentes à demora no atendimento telefônico. Para resolver o problema, formou-se uma equipe de servidores com o objetivo de identificar as causas raízes desse atraso, utilizando, para isso, a ferramenta de gestão da qualidade denominada:

- a) Diagrama de Pareto.
- b) Ciclo PDCA.
- c) Diagrama de Ishikawa.
- d) Matriz GUT.

51. Ao analisar a Ouvidoria, o gestor público notou que a organização enfrentava dezenas de tipos diferentes de problemas. No entanto, ao tabular os dados, percebeu que apenas dois tipos de falhas geravam grande parte das reclamações dos cidadãos. Para apresentar esses dados à direção, evidenciando onde os esforços de melhoria deveriam ser concentrados prioritariamente, a ferramenta gráfica ideal a ser utilizada é o(a):

- a) Diagrama de Dispersão.
- b) Diagrama de Pareto.
- c) Fluxograma.
- d) Histograma.

ORÇAMENTO E DESPESAS PÚBLICAS

Leandro Ravyelle

52. No planejamento, na execução e no controle do orçamento público brasileiro, deve-se considerar que

- a) a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária poderá ocorrer apenas de forma prévia e concomitante, tendo em vista que não há o que se verificar depois da execução orçamentária de fato.
- b) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
- c) ao sistema de controle interno de cada poder compete exclusivamente a fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente, quando o montante da despesa com pessoal ultrapassar 90% (noventa por cento do limite legal).
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal é obrigatória, na União, para o poder executivo, legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), judiciário e para o Ministério Público Federal e é de aplicação facultativa para os poderes municipais.

53. No início do segundo semestre letivo, a Pró-Reitoria de Administração de uma universidade pública constatou a necessidade imediata de substituição de parte do sistema de climatização de dois laboratórios e adequações elétricas correlatas, após laudo técnico apontar risco de interrupção de atividades acadêmicas. A despesa não possuía dotação específica na Lei Orçamentária Anual vigente, pois o problema foi identificado somente após inspeção extraordinária e não constava do planejamento inicial.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, será necessário um crédito

- a) ordinário.
- b) adicional especial.
- c) adicional suplementar.
- d) adicional extraordinário.

54. O Município Alvorada do Norte aprovou sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026, com a previsão de receitas e a fixação das despesas, incluindo dotação específica para construção de uma creche. No curso da execução, em razão do aumento repentino da demanda por atendimentos, o secretário municipal determinou, por simples ordem administrativa, que parte dos recursos da creche fosse usada na aquisição de equipamentos para a unidade de pronto atendimento (UPA), sem envio de projeto de lei e sem alteração formal da LOA (nem créditos adicionais).

Paralelamente, a Controladoria constatou a emissão de empenhos e a realização de despesas em dezembro de 2025, vinculadas a ações programadas na LOA de 2026, antes do início do exercício financeiro correspondente.

À luz dos princípios orçamentários e das normas de AFO e Direito Financeiro, assinale a alternativa correta:

- a) As situações estão de acordo com os princípios orçamentários, pois o Executivo pode alterar a destinação de recursos conforme a urgência e a necessidade social.
- b) A realização de despesas em 2025 respeita o princípio da unidade, mas o redirecionamento de recursos contraria o princípio do equilíbrio orçamentário.
- c) Não há violação de princípios orçamentários, desde que a alteração seja posteriormente comunicada e ratificada pela Câmara Municipal.
- d) O redirecionamento dos recursos viola o princípio da vedação ao estorno, enquanto a execução de despesas em exercício anterior fere o princípio da anualidade.

55. Durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do Município de Santa Amélia, o relator inseriu, por emenda parlamentar, artigos prevendo:

- (i) a criação de um programa municipal de bolsas;

- (ii) regras para nomeação de cargos em comissão; e
- (iii) autorização genérica para que o Executivo abrisse créditos suplementares e contratasse operação de crédito, conforme legislação aplicável.

A assessoria jurídica alertou que parte do conteúdo poderia configurar “jabuti” (matéria estranha à LOA), e recomendou adequação conforme o princípio orçamentário da exclusividade, tal como reconhecido na CF/88 e sistematizado em manuais como o MCASP e o MTO.

Nesse contexto, o princípio orçamentário da exclusividade estabelece que:

- a) o poder público deve fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, o ente público deve subordinar-se aos ditames da lei.
- b) a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- c) os governos devem divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
- d) a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

56. A classificação da despesa orçamentária que reflete a área de atuação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos é conhecida como

- a) funcional.
- b) programática.
- c) institucional.
- d) organizacional.

57. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, em despesa orçamentária efetiva e não efetiva (MCASP). Partindo dessa consideração, as transações abaixo ocorreram em setembro de 2024 em determinada entidade pública:

Despesa com consumo de material de almoxarifado: R\$ 92.000,00;

Recebimento de impostos: R\$ 418.000,00;

Despesa com aquisição de veículos: R\$ 195.000,00;

Recebimento de aluguéis: R\$ 120.000,00;

Despesa com aquisição de terrenos: R\$ 285.000,00;

Despesa com locação de imóveis: R\$ 63.000,00;

Recebimento de multas e juros sobre impostos: R\$ 85.000,00;

Despesa com amortização de dívida fundada (principal): R\$ 255.000,00;

Recebimento de caução: R\$ 50.000,00.

Com base nos dados acima, a soma das despesas orçamentárias não efetivas é de:

- a) R\$ 495.000,00.
- b) R\$ 675.000,00.
- c) R\$ 735.000,00.
- d) R\$ 765.000,00.

REDAÇÃO E TIPOS DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Luiz Felipe

58. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial deve caracterizar-se por determinados atributos.

Assinale a alternativa que apresenta um atributo corretamente associado à sua definição.

- a) Clareza – uso de linguagem excessivamente técnica para evitar ambiguidades.
- b) Impessoalidade – eliminação de marcas pessoais do redator, privilegiando o interesse público.
- c) Formalidade – emprego de expressões rebuscadas e de difícil compreensão.
- d) Padronização – liberdade estrutural na elaboração dos documentos oficiais.

59. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, o fecho adequado para comunicações entre autoridades de mesmo nível hierárquico é:

- a) Cordialmente.
- b) Respeitosamente.
- c) Atenciosamente.
- d) Saudações.

60. Conforme o Manual de Redação da Presidência da República, o vocativo adequado em comunicações dirigidas a um ministro de Estado é

- a) Ilustríssimo Senhor Ministro.
- b) Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado.
- c) Senhor Ministro de Estado.
- d) Meritíssimo Senhor Ministro.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
